



Fundador: Adolpho Perchon
Diretor resp.: Miguel Eduardo Torres

Boletim

o metalúrgico

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos
de São Paulo e Mogi das Cruzes

FILIADO A:



WWW.METALURGICOS.ORG.BR

OUTUBRO DE 2011

EDIÇÃO ESPECIAL

CONVOCAÇÃO

SINDICATO ABRIRÁ PROCESSO DE COBRANÇA DO AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes está convocando os trabalhadores metalúrgicos que foram demitidos nos últimos 24 meses, sem justa causa, e que tinham mais de um ano de trabalho na empresa, para entrar com processo de cobrança do aviso prévio proporcional ao tempo trabalhado.

O aviso prévio, agora, é de até 90 dias.

O Sindicato entende que esses trabalhadores têm direito à diferença do aviso prévio, tendo em vista que a legislação trabalhista garante prazo de até dois anos, a partir da rescisão do contrato de trabalho, para o traba-

MIGUEL TORRES
*Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos
de São Paulo e Mogi das Cruzes
e vice-presidente da Força Sindical*



FOTOS: UGO KOMAMA



lhador cobrar na Justiça direitos não recebidos nos últimos 5 anos antes da demissão.

“Entendemos, tam-









bém, afirma o presidente do Sindicato, **Miguel Torres**, que a lei do aviso prévio proporcional, assinada pela presidente Dil-

ma, regulamenta um direito garantido na Constituição desde 1988. Vamos, portanto, preparar os processos”, afirma.

Os trabalhadores devem comparecer ao Sindicato, rua Galvão Bueno, 782, Liberdade, São Paulo, com os seguintes documentos: carteira profissional, *original e cópia* do termo de rescisão do contrato de trabalho, do RG, CPF, PIS e do comprovante de residência.

SAIBA MAIS SOBRE O AVISO PRÉVIO MAIOR



-  A Câmara dos Deputados aprovou, em setembro, o projeto de lei que regulamenta o aviso prévio de até 90 dias, proporcional ao tempo de serviço na empresa. O deputado federal Paulinho da Força negociou com a presidência da Câmara para colocar o projeto em votação, o que agilizou sua aprovação.
-  No dia 11 de outubro, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei.
-  Antes da sanção da lei pela presidenta da República, o trabalhador demitido recebia apenas **30 dias de aviso**.
-  Agora, o aviso prévio será de **30 dias** para períodos de até **um ano de trabalho** na mesma empresa. Para cada **ano a mais** de trabalho na empresa, o aviso será acrescido de **três dias**, até o limite de 90 dias.
-  Para ter direito aos 90 dias de aviso, o trabalhador deve ter mais de 20 anos de trabalho na mesma empresa (**confira no quadro abaixo**)
-  O direito ao aviso prévio proporcional está garantido na Constituição desde 1988 (inciso 21 do artigo 7º da Constituição Federal), mas faltava ser regulamentado pelo Congresso Nacional.
-  O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a ampliação deste direito ao julgar uma ação de quatro ex-empregados de uma empresa, que tinham entre sete e 30 anos de fábrica e pediram aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com base na Constituição.
-  O aviso prévio proporcional vale para todas as categorias profissionais, desde que o trabalhador seja registrado.

TEMPO DE TRABALHO	AVISO PRÉVIO DE	TEMPO DE TRABALHO	AVISO PRÉVIO DE
Até 1 ano	30 dias	12 anos	63 dias
2 anos	33 dias	13 anos	66 dias
3 anos	36 dias	14 anos	69 dias
4 anos	39 dias	15 anos	72 dias
5 anos	42 dias	16 anos	75 dias
6 anos	45 dias	17 anos	78 dias
7 anos	48 dias	18 anos	81 dias
8 anos	51 dias	19 anos	84 dias
9 anos	54 dias	20 anos	87 dias
10 anos	57 dias	21 anos ou mais	90 dias
11 anos	60 dias		

